

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA INSERÇÃO DAS TICs (TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO) NO DISCURSO DO ESTADO

Cristiane Pereira dos Santos¹
Amilton Flávio Coleta Leal²
Ana Maria Di Renzo³

Resumo: Neste artigo, análises e reflexões serão realizadas pelo viés da Teoria da Análise de Discurso de Linha Francesa, desenvolvida por Michel Pêcheux na França, e por Eni Orlandi e seus estudiosos no Brasil. Neste trabalho em especial, mobilizaremos os conceitos de Condições de Produção e Memória Discursiva, a fim de analisarmos o “Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo nº 16 Infraestrutura de Tecnologia da Informação para a Educação Básica Pública (PROINFO). Interessa-nos compreender a concepção de língua e de sujeito que sustenta as práticas de língua mediadas pelas TICs e quais os efeitos de sentido que elas produzem nas atividades lingüísticas propostas pelos professores de língua portuguesa. Assim, queremos colocar em discussão, na perspectiva do discurso, as tecnologias produzidas pelo sujeito para significar e se significar no e para mundo e a sociedade.

Palavras-chave: Análise de Discurso, Políticas Públicas, Tecnologias de Informação e Comunicação.

Abstract: This paper analyzes and reflections will be performed by the Theory of Discourse Analysis of French Line bias, developed by Pêcheux in France and Eni Orlandi and his scholars in Brazil. This work mobilize the concepts of Production Condition and Memory Discourse in order to analyze the "Assessment Report on Implementation of Government Programs paragraph 16 of Information Technology Infrastructure for Public Elementary Education (PROINFO). We are interested in understanding the conception of language and subject that sustains the practices of language mediated by ICTs and what effects they produce in the sense proposed by teachers from English-speaking linguistic activities. Therefore, we want to put in discussion and in view of speech technologies produced by the subject to mean and mean and the world and society.

Keywords: Discourse Analysis, Public Policy, Information Technology and Communication.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat.

³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat.

Introdução

Neste artigo as análises e reflexões serão realizadas pelo viés da Teoria da Análise de Discurso de Linha Francesa, desenvolvida por Michel Pêcheux na França, e por Eni Orlandi e seus estudiosos no Brasil. Neste trabalho em especial, mobilizaremos os conceitos de Condições de Produção e Memória Discursiva, a fim de analisarmos o “Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo nº 16 Infraestrutura de Tecnologia da Informação para a Educação Básica Pública (PROINFO). O Proinfo é um programa educacional que tem como objetivo promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. Esse programa leva às escolas da rede pública computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. No entanto, são os estados e municípios que devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para o uso das máquinas e tecnologias. Assim, interessa-nos compreender o funcionamento dos discursos da Controladoria-Geral da União sobre a inserção das Tics no discurso do Estado, em especial, sobre as políticas de língua.

Tomaremos como corpus de análise o relatório entregue em janeiro de 2013, para nos debruçarmos sobre as condições de produção que sustentaram a construção e o uso daquelas ferramentas na sala de aula. Interessa-nos compreender a concepção de língua e de sujeito que sustenta as práticas de língua mediadas pelas TICs e quais os efeitos de sentido que elas produzem nas atividades lingüísticas propostas pelos professores de língua portuguesa. Assim sendo, queremos colocar em discussão e na perspectiva do discurso, as tecnologias produzidas pelo sujeito para significar e se significar no e para mundo e a sociedade. Pensar sobre as condições de produção que dão origem a um saber sobre o sujeito e sobre as técnicas que ele utiliza para se relacionar com outros sujeitos e com o mundo para produzir conhecimento, nos convoca a compreender o funcionamento do sujeito com a língua e o urbano, pois a tecnologia se manifesta e se significa, hoje, no espaço da cidade. Tal processo está imerso nas linguagens da tecnologia em diferentes materialidades discursivas, quer digital, quer impressa. Isto é, são formas materiais da língua em movimento, mas que não funcionam separadamente. Por essa razão, nosso interesse em compreender os deslocamentos e/ou rupturas que as TICs produziram nas práticas linguísticas escolares.

I- Política Pública Educacional: Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)

O ProInfo, inicialmente denominado de Programa Nacional de Informática na Educação, foi implementado como política pública governamental lançado pela Portaria nº 522 de 9 de abril de 1997, pelo então Ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato, após realização de estudos que se voltavam para a inserção da informática no processo educacional do país, buscando, dessa forma, promover o uso pedagógico das tecnologias nas escolas públicas.

Uma das justificativas para o lançamento desse programa se dá pela,

Crescente e irreversível presença dos computadores — recursos de informática de um modo geral — nos mais corriqueiros atos da vida das pessoas tornou indispensável, como ação de governo, a informatização da Escola Pública. Uma decorrência da obrigação do poder público de diminuir as diferenças de oportunidades de formação entre os alunos do sistema público de ensino e os da Escola Particular, esta cada vez mais informatizada. (BRASIL, 1997, não paginado).

O direito ao acesso às TICs na educação é em primeiro lugar de responsabilidade do Estado, uma vez que é papel dele implantar Políticas Públicas para atender as necessidades da sociedade. Dessa maneira como defende Orlandi, as políticas públicas têm se revestido de políticas de inclusão que demarcam limites e margens, produzindo a manutenção da desigualdade como operadora das relações sociais (2010).

Na formulação, **“crescente e irreversível presença dos computadores — recursos de informática de um modo geral — nos mais corriqueiros atos da vida das pessoas tornou indispensável [...] obrigação do poder público de diminuir as diferenças de oportunidades de formação entre os alunos do sistema público de ensino e os da Escola Particular”**, observa-se que são as políticas públicas que vão criar um imaginário de igualdade entre Escola Pública e Escola Particular, com o advento/presença de tecnologias na sala de aula. Assim, há o funcionamento do imaginário de inclusão daqueles que estão à margem da sociedade na era digital, criando “o consenso de igualdade social, de acesso, de oportunidade, mediante a capacitação dos sujeitos, o que permitirá o governo exercer o poder regulador sem tensão (DIAS 2010, p.50), isto é, cumprindo o seu papel na sociedade. Para Orlandi e Rodríguez-Alcalá (2004, p.11) as políticas públicas contemporâneas, sustentam-se numa lógica consensual, tendo em vista “a constituição de uma “maioria” através do maior índice possível de “participação” dos “excluídos” e das “minorias sociais” nas diferentes instâncias da vida urbana, como as instituições jurídicas, culturais, tecnológicas, educativas, de lazer”.

Assim, as políticas públicas de um modo geral, produzem como efeito a evidência de serem ferramenta no sentido de amenizar as desigualdades impostas na sociedade.

O ProInfo enquanto política pública passa a ser reconhecida nacionalmente e discutida nas escolas públicas, diferentemente de projetos anteriores, como EDUCOM (1983), FORMAR (1987), PRONINFE (1989)⁴, que se configuraram apenas como políticas de atendimento em focos específicos e para algumas escolas por meio de projetos pilotos, o ProInfo por sua vez, em seu Art. 1º já justifica a finalidade do programa, que é o de **“disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas** de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal”.

Na Portaria que o institucionaliza, apresenta-se as principais finalidades do programa:

Parágrafo único. As ações do ProInfo serão desenvolvidas sob responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância deste Ministério, em articulação com a secretarias de educação do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

Art. 2º Os dados estatísticos necessários para planejamento e alocação de recursos do ProInfo, inclusive as estimativas de matrículas, terão como base o censo escolar realizado anualmente pelo Ministério da Educação e do Desporto e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 3º O Secretário de Educação a Distância expedirá normas e diretrizes, fixará critérios e operacionalização e adotará as demais providências necessárias à execução do programa de que trata esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. MEC de nº 522/ 1997).

A criação do ProInfo enquanto política pública de inserção de Tecnologias no espaço escolar, representa uma mudança significativa no que diz respeito a formação do sujeito-aluno.

Na Portaria do Ministério da Educação que institucionaliza o ProInfo “temos a desautorização dos meios pedagógicos que eram utilizados para o desenvolvimento da atividade na escola, ou seja, do uso do quadro de giz passa-se a propor “o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações” (STRAUB, 2012 p.44). Temos uma ruptura dos velhos paradigmas da Escola pela “disseminação” dos uso das TICs, uma vez que, além dos “velhos” instrumentos de ensino que a escola já usava, a ela é incorporada o “novo”, isto é, as Tecnologias de Informação e Comunicação.

⁴ Ver mais em: História da Informática Educacional no Brasil observada a partir de três projetos públicos, disponível em <<http://www.lapeq.fe.usp.br/textos/tics/ticspdf/neide.pdf>>. Acesso em: 19/10/2014.

O ProInfo, então, vai fundamentar a necessidade da **disseminação do uso pedagógico das TICs** como uma das necessidades essenciais à vida, ao mercado de trabalho e ao ser cidadão globalizado. Ao usar o verbo “disseminar”, o governo propõe que as TICs sejam difundidas, propagadas, semeadas na escola, isso nos remete ideologicamente a ir muito além do que implantar essa política, mas que as aulas sejam ministradas através delas de forma diferente do habitual, ou seja, o uso do quadro negro, do giz que também não deixam de ser tecnologias, mas que são tecnologias de século passado, e o que está em jogo nessa nova formulação é uso das tecnologias do século XXI, isto é, Computador, Internet, Smartphone, Datashow, Tablet, etc.

A Portaria proposta pelo Ministério da Educação em 1997 que cria o ProInfo em âmbito nacional, passa por sua primeira reformulação no ano de 2007, com o Decreto nº 6.300 de 12 de dezembro de 2007, assinado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dessa forma, ao longo de uma década e a passagem do século XX para o XXI, observa-se a mudança de nomenclatura na proposta do ProInfo, na Portaria 522/1997 do MEC, que se apresentava como *Programa Nacional de Informática na Educação*, em 2007 é alterada pelo Decreto Presidencial para *Programa Nacional de Tecnologia Educacional*. O que se observa nessa nova nomeação é a troca de “Informática na Educação”, para “Tecnologia Educacional”, pois nessa nova formulação à escola não é mais dada a função de ensinar Informática, mas sim ensinar com recursos tecnológicos.

Oliveira (2011), em seu artigo intitulado “Paginando a História da Tecnologia Educacional em Mato Grosso: o ProInfo em Debate”, lança um olhar sobre a história desse programa em nosso estado, afirmando que o principal fator que levou a Escola a não mais ensinar informática, mas a ensinar com recursos tecnológicos foi a “mudança na escolha do profissional para atuar nos laboratórios de informática das escolas, os *eleitos* professores de informática, cuja função se limitava ao treinamento dos alunos para uso das ferramentas do *Office*” (p.04). O que se observa com a red denominação do ProInfo é a sua reestruturação, pois o Estado passa a se preocupar não apenas em inserir recursos tecnológicos na escola, mas também a qualificar os profissionais que trabalharão diretamente com os alunos, ou seja, os professores. Visto que, uma das competências cruciais na formação do professor do século XXI, é de “utilizar novas tecnologias” (PERRENOUD, 2000).

A Organização das Nações Unidas (1984, *apud* STRAUB, 2012, p.43) enfatiza a concepção de tecnologia educacional como “o uso para fins educativos dos meios nascidos da revolução das comunicações, como os meios audiovisuais, televisão, computadores e outros

tipos de *hardware* e *software*” e também como o modo sistemático de conceber, aplicar e avaliar “o conjunto de processos de ensino e aprendizagem, levando em consideração, ao mesmo tempo, os recursos técnicos e humanos e as interações entre eles, como forma de obter uma educação mais efetiva”.

Assim, o sujeito aluno se significa no mundo e na sociedade como sujeito que já nasceu na era digital e que domina mais do que os seus professores as ferramentas digitais que estão ao seu alcance ou não, uma vez que muitos desses sujeitos ainda não contam com essa tecnologia em seus lares, dependendo dessa ferramenta na casa de amigos, *lan houses* e por que não na escola, instituição na qual passa boa parte do seu tempo.

II- Uma questão de análise: Escola, Estado e Tecnologia.

Considerando que um dos princípios básicos do Estado Democrático é o direito à educação, e que não existe educação desconectada dos avanços tecnológicos, salientamos a necessidade de que a sociedade moderna deve-se caracterizar pelo desenvolvimento de ações, particularmente no que se refere à educação na área de tecnologias, que favoreçam a busca, a organização, a produção e a disseminação de informação com vistas à apropriação do conhecimento.

O direito ao acesso às TICs na educação é em primeiro lugar de responsabilidade do Estado, uma vez que é papel dele implantar Políticas Públicas para atender as necessidades da sociedade. Assim, compreende-se que “As Políticas Públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo” (CUNHA & CUNHA: 2002 p.12).

Quando tomamos a perspectiva discursiva, entendemos que “não são evidentes nem o sentido de público, nem os sentidos das políticas públicas” (ORLANDI 2010, p.13). Assim, afirmamos conforme Orlandi que,

Para interferir na realidade é preciso compreendê-la. Para tanto, é preciso saber que saber comum está inscrito nas reivindicações que são feitas socialmente em face do conhecimento formal. E, em se tratando, de práticas de conhecimento, há três formas que se conjugam: o conhecimento conceptual, o conhecimento técnico e o que serve à administração. Daí a complexidade do conhecimento necessário para se exercer as políticas públicas, já que estas exigem as três formas de conhecimento que se recobrem: o como se concebe, o como se viabiliza pela tecnologia e como se administra a demanda. (idem, p. 14).

Entre as ações que visam assegurar o acesso à informação como responsabilidade do Estado encontram-se programas e projetos como o Proinfo, programa esse que é o nosso foco de análise.

É pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/ pensamento/ mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais concretas dessa relação (ORLANDI, p.12, 2012). Nesse sentido, analisaremos as questões que nos interessam referentes ao “Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo- Infraestrutura de Tecnologia da Informação para a Educação Básica Pública (PROINFO)”. Considerando que esse relatório feito pela “CGU realiza ações de controle com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos Programas de Governo e dos Orçamentos da União”. Mobilizaremos, sobretudo, os conceitos de Condições de Produção, dispositivo esse que se pode compreender, os sujeitos e a situação, relacionados à memória. Podemos considerar as condições de produção tanto em sentido estrito, quando nos referimos ao contexto imediato, isto é o agora, a enunciação, quanto em sentido amplo, quando nos referimos ao contexto sócio-histórico e ideológico.

As condições de produção em contexto amplo remetem a um conjunto de formulações já feitas e esquecidas, que trabalharão de modo a determinar o que dizemos. Para a Análise de Discurso, as condições de produção e a memória discursiva trabalham de forma conjunta, pois a memória é o saber discursivo que torna possível todo dizer.

A memória que fazemos referência,

não é a capacidade cognitiva, individual, a faculdade de poder se lembrar de alguma coisa, mas no sentido social, como um conjunto de experiências acumuladas pelos homens no decorrer do tempo, conjunto de experiências acumuladas pelos homens no decorrer do tempo, conjunto de experiências que pode ser recuperado nos textos, que está inscrito, portanto, na materialidade discursiva. (Navarro 2007, p.142),

A memória refere-se então ao interdiscurso, definido por Orlandi (op. cit., p.31) “como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente.” Pois, é através do interdiscurso, ou memória discursiva, que as palavras fazem sentido, pois seus significados são oriundos de outros dizeres que se encontram armazenados em nossa memória e que vem à tona com outras palavras a cada enunciado produzido.

É nessa direção que Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo avalia as ações alcançadas pelo Proinfo, em outras palavras, ao enunciar, os sujeitos retomam sentidos e discursos presentes na sociedade por meio de enunciados que são repetidos,

reformulados ou parafraseados, mas também apagam outros discursos, cujos sentidos não lhes são familiares. Desta maneira, para interpretar um texto, é necessário compreender tanto o que ele diz quanto o que ele necessariamente silencia.

Vejamos um dos questionamentos feitos nesse documento: **Os professores estão capacitados para uso pedagógico dos equipamentos?**

De acordo com o relatório:

Em 51,9 % dos laboratórios analisados que já estavam instalados, **não houve capacitação de professores pelo NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional) no uso da tecnologia para operar os equipamentos**, o que implica diretamente na execução da Ação e na utilização dos computadores.(....) (Brasília, janeiro/2013, p.29, grifos nossos).

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional iniciou-se em 1997 com o intuito de melhorar a educação e levar às escolas públicas o uso pedagógico da informática. Assim, espera-se que o uso dessas ferramentas permita avanços reais no processo de ensino e aprendizagem.

Nessa resposta, a avaliação negativa que o documento faz sobre a capacitação dos professores **“não houve capacitação de professores pelo NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional) no uso da tecnologia para operar os equipamentos...”**, a nosso ver, há um jogo de sentido que nos remete a que tipo de capacitação é essa que é levada em consideração pelo Estado, pois ao referir-se a palavra “operar”, esse sujeito vê os professores como trabalhadores, por exemplo, que operam máquinas e produzam bens de consumo, esquecendo-se que a verdadeira capacitação deveria estar pautada em romper os velhos paradigmas que a escola vem enfrentando ao longo dos anos, uma vez que, o professor não é mais aquele que manipula os recursos tecnológicos, que leva para a sala de aula suas projeções em slides, e que muitas vezes não sabe utilizá-los, mas aquele que além de usar os recursos tecnológicos, também compartilha com seus alunos essa experiência, proporciona conhecimento por meio das tecnologias, que oferece aulas de língua e linguagem (nesse caso referindo-se especialmente aos professores de Língua Portuguesa) com acesso ao computador e outros meios tecnológicos a fim de estimular a aprendizagem.

Assim, o que deveria ser um dos princípios básicos do programa, isto é, capacitar os profissionais que trabalham diretamente com os alunos, está sendo colocado em segundo

plano. Assim, entendemos que não temos educação de qualidade, nem reforma educacional, nem inovação por meio das tecnologias sem a capacitação dos professores.

O professor é tido como aquele que não sabe, que necessita, mais do que os outros profissionais, estar em eterna formação, para que tenha condições de acompanhar as demandas do mercado, ou seja, trata-se de uma relação que se dá sempre pela falta. É como se não fosse necessário, nas demais profissões, investir em uma formação [...] (SARIAN, 2011, p.84).

É nessa direção que o principal objetivo do Programa Nacional de Tecnologia Educacional, que é “**capacitar**” os recursos humanos (formação de professores) e a instalação de equipamentos nas escolas selecionadas, não está sendo alcançado. É nessa mesma direção que segue o outro questionamento feito no documento da CGU: **Os laboratórios estão sendo adequadamente utilizados?**

Em 37,0 % dos laboratórios analisados que já estavam instalados, **não são ministradas aulas de matérias regulares** (matemática, história, ciência etc.) **no laboratório**, o que incide diretamente sobre a eficácia do programa, **na condição de suporte tecnológico para a melhoria do aprendizado** (Brasília, janeiro/2013, p.31, grifos nossos).

Todo discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas (PÊCHEUX 1993, p.77). Assim, entende-se que a utilização dos laboratórios de informática está intimamente ligada a formação de professores. Nas atuais condições de produção na qual se encontram esses espaços, não há como se pensar **a melhoria do aprendizado**, que é uma das questões mais frisadas pelo PROINFO e também rememorada no documento analisado.

As formas de conhecimento podem ser diversas, diferentes dos saberes já legitimados e as políticas públicas podem encontrar (novos) meios de torná-las acessíveis (ORLANDI 2010, p. 18). Há uma memória discursiva que nos remete a outros países que tiveram resultados positivos em suas políticas públicas em relação ao uso das Novas Tecnologias Informação e Comunicação nas escolas. Assim, inevitavelmente as TICs proporcionam maior competitividade entre países e ganhos a seus cidadãos.

Ao evidenciar que **não são ministradas aulas de matérias regulares** (matemática, história, ciência etc.) **no laboratório**, não somente a escola está perdendo na qualidade de conhecimento que está proporcionando a seus alunos, quanto as políticas públicas de inserção das tecnologias não estão cumprindo o seu papel.

Observamos ainda que, ao não se usar os recursos tecnológicos disponíveis na escola, seja ele, o computador, a televisão, data-show, laptop, etc. evidencia-se assim uma exclusão social, uma vez que com o advento das novas tecnologias intensificou-se ainda mais as divisões sociais ao invés de reduzir esse mal. Dessa forma, os que são pobres, excluídos pela sociedade, com baixa escolaridade, continuam à margem, isto é, excluídos digitalmente.

Algumas considerações

Pela perspectiva discursiva, na qual nos filiamos, ao dizer, o sujeito se inscreve na língua e na história. Essa inscrição se dá por meio da posição de que fala esse sujeito, das filiações de sentido que essa posição permite estabelecer, remetendo esse dizer a diferentes regiões de sentido. Sabemos, também, que não podemos desvincular a posição sujeito e os sentidos daí decorrentes das condições de produção que os sustentam.

Assim, discutir/analisar as Políticas Públicas no âmbito educacional, em especial sobre as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, é levar a discursividade do “novo” para a escola. Novas possibilidades, novas aprendizagens, novos rumos para a Educação. Procuramos assim mostrar, ao longo desse trabalho, que o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo), tem como finalidade/objetivo alcançar esse novo, porém como ficou evidenciado pelas análises do documento da Controladoria –Geral da União, o Estado tem muito ainda o que fazer, pois mais de uma década já se passou desde a implantação desse programa nas escolas públicas de nosso país, e há muito ainda a ser feito.

Ao dar visibilidade aos efeitos produzidos pelos discursos aqui analisados em nosso material, faz-nos entender que não basta apenas que haja a implantação das tecnologias na escola pública, mas também que haja a formação de professores para lidar com os alunos que cada vez mais estão sedentos de conhecimento através dos meios tecnológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. *A educação como política pública*. São Paulo: Autores Associados, 1997.

BRASIL. *Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo Nº 16 Infraestrutura de Tecnologia da Informação para a Educação Básica Pública (Proinfo)*. Controladoria-Geral da União Secretaria Federal de Controle Interno. Brasília, janeiro/2013.

CUNHA, E. de P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, A.; SALES, F. (Org.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DIAS, Cristiane Pereira. *A escrita como tecnologia da linguagem*. Coleção HiperS@beres.Santa Maria. v. 2, dez. 2009.

DWYER, T. et al. Desvendando mitos: os computadores e o desempenho no sistema escolar. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v.28, n.101, p.1303-1328, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0328101.pdf>>. Acesso em: 23/12/2013

FAGUNDES, L. da C. et al. *Aprendizes do futuro*: as inovações começaram. MEC/SEED/PROINFO. Coleção Informática para mudança na educação, 199-. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003153.pdf>>. Acesso em: 03/01/2014.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. Políticas públicas de ensino. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Discurso e políticas públicas urbanas*: a fabricação do consenso. Campinas, SP: Editora RG, 2010. p. 85-99.

GRANGEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro, *A propósito do conceito de formação discursiva em Michel Foucault e Michel Pêcheux*. sd. Disponível em <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/clauidiagrangeiro.pdf>. Acesso em 19/12/2013

_____. *Do lugar social ao lugar discursivo*: o embeijamento de diferentes Posições sujeito.sd.Disponível em:<http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/sujeito/evandra.pdf>. Acesso em 19/12/2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. *Tecnologias na educação*: ensinando e aprendendo com as TIC: guia do cursista MEC, SEED, p.36, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto*: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Formas de Conhecimento, Informação e Políticas Públicas. - Revista **Interamericana de Comunicação Midiática**. Animus, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. [Trad. Bethânia Mariani et al.]. 3 ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995

SARIAN, Maristela Cury. O desafio está nas mãos do professor: um gesto de análise no discurso sobre a inclusão digital. In. DIAS, Cristiane. **E-urbano**: Sentidos do espaço urbano/digital [online]. 2011, Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Acesso em 20/12/2013.

SILVA, Mariza Vieira da. A escolarização da língua nacional. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Políticas linguísticas no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 141-161.